

**Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – ISSN 2178-6925**

**Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Novembro de 2016**

## **INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN E A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA PARA O SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

Nathália de Almeida Franca Tavares \*; Rivani Lopes Negreiros \*\* Maicon Douglas Chaves Silva \*\*\*

### **Resumo**

Visto que a Educação Inclusiva é um modelo educacional referendado por políticas públicas e por estudiosos tanto na esfera pedagógica como psicológica, percebe-se que ainda enfrenta dificuldades para uma efetiva aplicação. Assim este artigo visa analisar e discutir sobre o desenvolvimento integral de aprendizagem e socialização do aluno com Síndrome de Down por meio da arte no processo inclusivo. Entende-se aqui que promover a aprendizagem de alunos com Síndrome de Down por meio da arte permitirá desenvolver competências e habilidades fundamentais para a relação e convívio social, favorecendo ainda um avanço cognitivo, o que faz compreender que a inclusão do aluno com síndrome de down é funcional, em especial com o auxílio da educação artística. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, analisando diversos autores que discutiram a temática, entre eles pode-se citar Guebert (2007), Santin e Zych (2012), Werneck (1995), Buoro (1996), entre outros, além de documentos públicos como a Constituição Federal e a LDB/1996.

**Palavras - chave:** Educação Inclusiva. Síndrome de Down. Artes.

### **Abstract**

Since Inclusive Education is an educational model endorsed by public policies and scholars both in the educational sphere as psychological, it is clear that still faces difficulties for effective application. So this article aims to analyze and discuss the comprehensive development of learning and socialization of students with Down syndrome through art in the inclusive process. It is understood here that promote the learning of students with Down syndrome through arts education will develop skills and abilities that will be key to the relationship and social life, still favoring a cognitive advance, which makes us understand that the inclusion of students with down syndrome is functional, especially in art classes. The methodology to be used was a literature review, analyzing several authors who discussed the theme, among them we can mention Guebert (2007), Santin and Zych (2012), Werneck (1995), Buoro (1996), among others, as well as public documents such as the Constitution and the LDB / 1996.

**Keywords:** Inclusive education. Down's syndrome. Art.

\*Acadêmica do 7º período do Curso de Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. E-mail: nathaliaaf88@gmail.com \*\*MSc em Ciências da Educação, graduada em História,

Ciências Sociais e Direitos, especialista em História Econômica e Sociologia, professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos – Teófilo Otoni. E-mail: [rivaninegreiros@bol.com.br](mailto:rivaninegreiros@bol.com.br) \*\*\*Pedagogo, especialista em LIBRAS, professor na Faculdade Presidente Antônio Carlos – Teófilo Otoni. E-mail: [maiconchavesprof@hotmail.com](mailto:maiconchavesprof@hotmail.com)

## **1 Introdução**

A educação Inclusiva requer uma reflexão e um preparo especial por parte do contexto educacional escolar e da sociedade como um todo. A inclusão de alunos com Síndrome de Down no contexto integral de aprendizagem nos remete a descoberta do desenvolvimento de competências e habilidades físicas, motoras e intelectuais desse aluno.

Para dar suporte pedagógico e uma acessoria na igualdade de oportunidades para esse aluno no ensino regular temos a Declaração de Salamanca chama a atenção para a efetivação no processo inclusivo nas escolas. (GUEBERT, 2007)

A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais. Neste sentido entende-se que o aluno com síndrome de down apresenta características singulares que precisam ser observadas pela escola, inclusive atentando para as aulas de artes que podem ser usadas de maneira a contribuir com a inclusão do aluno.

O presente artigo busca analisar e discutir sobre o desenvolvimento integral de aprendizagem e socialização do aluno com Síndrome de Down por meio das aulas de artes.

A partir da justificativa e do objetivo deste artigo pode-se levantar o seguinte problema:

Como as aulas de artes podem contribuir para o desenvolvimento integral do aluno com Síndrome de Down na escola regular?

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma análise dos conceitos de educação inclusiva, seguindo com uma análise sobre alunos com síndrome de down, Artes e aula de artes par alunos com síndrome de down.

A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão de literatura analisando diversos autores, entre eles pode-se citar Guebert (2007), Santin e Zych (2012), Werneck (1995), Buoro (1996), entre outros, além de documentos

públicos como a Declaração de Salamanca, Constituição Federal (1988) e a LDB/ (1996).

## **2 Educação escolar inclusiva**

A origem da palavra inclusão vem do Latim “inclusive”, que faz referência ao ato de incluir, envolver, estar junto. A inclusão nos dias atuais vem superando barreiras, vencendo obstáculos e buscando lutar por crianças com necessidades educacionais especiais e seus familiares, a fim de garantir-lhes os seus direitos.

De acordo com Santin e Zych (2011) a inclusão necessita de mudanças de valores na sociedade e a vivência de um novo desafio, que não ocorre com simples recomendações ou cumprimento de leis, mas sim com o conhecimento de reflexões dos profissionais da educação, pais, alunos e comunidade, levando em conta a realidade de cada pessoa e o contexto social no qual está inserido.

Na legislação internacional referente às pessoas com necessidades especiais, pode-se destacar a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, A Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, a Convenção de Guatemala, 1999 e a Declaração de Madrid, em 2002, que aborda a deficiência como uma questão de direitos humanos.

A inclusão vem ganhando força em especial a partir das conferências nacionais e internacionais, das legislações e inclusive da Constituição Brasileira de 1988 que no artigo 206 define a educação como:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Garantindo assim o direito das pessoas com deficiência serem vistas como cidadãos presentes e participativos na sociedade.

Segundo Santin e Zych (2012) até a década de 1950, não era questionada a educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil, a qual iniciou-se somente no século XIX, em que a educação especial teve maior atenção das instituições educacionais e dos órgãos do governo.

A educação inclusiva no Brasil visa inserir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, apoiando-se na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a qual garante a todos o direito à igualdade (Art. 5º).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). No artigo 206, inciso I, apresenta como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Sendo assim a educação regular e a educação especial passam a ser integradas ao Sistema Nacional de Educação.

O que pode-se entender é que a Constituição brasileira de 1988 dá um rumo novo à educação no sentido de incluir na escola regular as pessoas com deficiência, transtornos e outras diferenças, evitando qualquer tipo de segregação.

A inclusão teve seu marco histórico a partir de junho de 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em que 92 países assinaram o documento, que tem como principal finalidade: “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou a lei baseada no disposto da Convenção da Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação

contra a pessoa com deficiência e não permite o tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004).

A educação inclusiva é amparada pelos documentos e declarações internacionais, assegurando a igualdade de direitos entre os cidadãos. Temos também a nossa Constituição que não só garante o direito à educação, mas a acessibilidade ao Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996) caracteriza a educação especial em seu artigo 58:

Entende-se por educação especial para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

No 2º parágrafo da referida Lei, assegura: “[...] que o atendimento educacional será feito em classes, escolas e serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Vale destacar as políticas educacionais do MEC, no que se refere à educação inclusiva, com a Lei nº 10.172/01, que dispõe sobre a flexibilidade e a diversidade que cabe à educação especial e a Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual estabelece para os sistemas escolares o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais.

A Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência (2006/2008), estabelece que deve ser exercido o direito de ser iguais na diferença, tem por objetivo promover e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade, sem qualquer tipo de discriminação.

Segundo Magalhães (2006), a escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos. A ela não constitui discriminação, diferenciação ou preferência adotada para promover a

integração social ou o desenvolvimento pessoal das pessoas com deficiência ou transtornos, e sim o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Estas escolas são um dos principais espaços de construção de cidadania e tem papel fundamental em seu desenvolvimento. É na convivência coletiva que aprendemos a exercer a cidadania, a conhecer e a conviver com as diferenças.

O Sistema educacional deve estar devidamente preparado para acolher o aluno com necessidades especiais, dando a ele os mesmos direitos dos outros, despertando seus interesses e potencialidades e principalmente trabalhando o seu lado social e intelectual, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito, procurando de fato incluir esse aluno no âmbito escolar. Entretanto, para que esta inclusão aconteça, é preciso que todos do processo ensino-aprendizado se incluam e se conscientizem da importância da inclusão.

Como afirma Morin (2001), para se reformar a instituição temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições, uma vez que ao falar de Integração Inclusão entendemos, pela distorção/redução de uma ideia, a nos desviar dos desafios de uma mudança efetiva de nossos propósitos e práticas. Pois, integrar, não é o mesmo que incluir. Incluir vai além, abarca todos os aspectos da construção do sujeito, onde o aluno não apenas “está no meio”, mas essencialmente está participando das atividades, está inserido como atuante, como sujeito participativo.

O objetivo da inclusão é justamente o de oferecer uma educação especializada para esse aluno com necessidades especiais, desde os primeiros momentos da vida escolar, oferecendo-lhe todo apoio e suporte necessário para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Segundo Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

### **3 Aspectos referente à Síndrome de Down**

A verdadeira causa da Síndrome de Down foi identificada pelo cientista francês Jerome Lejeune, em 1958, estudando os cromossomos dessas pessoas, percebeu que ao invés de 46 cromossomos, elas tinham 47, ou seja, um a mais. Ele conseguiu identificar que o cromossomo extra encontra-se no par 21, assim, a síndrome também pode ser chamada de trissomia do par 21. Trata-se do resultado de um acidente genético que pode ocorrer com qualquer casal, independente da idade (SANTIN; ZYCH, 2012).

Segundo Werneck (1995, p.60) a Síndrome vem do grego Syndromé, que: “[...] quer dizer conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um determinado quadro clínico”.

Werneck (1995, p.57), ainda afirma que a Síndrome de Down: “é um atraso no desenvolvimento neuropsicomotor”, ou seja, a criança com Síndrome de Down senta, engatinha, anda, sustenta a cabeça e fala mais tardiamente do que as crianças ditas normais e isto se dá devido a alteração no cromossomo 21, no início da gestação materna. Por se tratar de uma alteração na formação genética da criança, a Síndrome de Down não tem cura, entretanto, uma boa educação, estimulação e dedicação resultarão em um desenvolvimento máximo e independente do potencial da criança. O diagnóstico clínico pode ser detectado nos primeiros momentos de vida, a criança com Síndrome de Down apresenta características fenotípicas diferenciadas, sendo a deficiência mental a única característica presente em todos os casos.

Werneck (1995) comenta que ao ser percebidas as características é necessário fazer um exame chamado cariótipo, o qual é realizado a partir dos cromossomos e que confirma o diagnóstico da síndrome de Down. Algumas características físicas contribuem para a realização do diagnóstico da Síndrome de Down, pois geralmente são pessoas que apresentam baixo peso e tamanho no nascimento, flacidez muscular, pescoço curto e grosso, rosto redondo, prega na pálpebra superior no canto interno dos olhos, língua grande e flácida, nariz pequeno e um pouco achatado, orelhas pequenas, mãos pequenas com dedos curtos, pés pequenos largos e grossos, prega palmar única, cabelo liso e fino, dentição irregular e tardia.

Além das características físicas citadas, a criança com Síndrome de Down apresenta outros aspectos, como a deficiência mental, problemas

cardíacos, má formação congênita e respiratória, leucemia e doença de Alzheimer em alguns casos (WERNECK, 1995).

Para completar, Schwartzman (2003, p. 234) destaca que:

A Síndrome de Down limita o desenvolvimento, pois a deficiência que as crianças apresentam as impedirá de absorver todos os estímulos oferecidos pelo meio. Evidentemente, conseguirão superar, embora tardis etapas da vida [...]. a ausência de estímulos na Síndrome de Down significa regressão, até mesmo na fase adulta, porque frágeis conexões neuronais podem diminuir por falta de estimulação.

A estimulação é de fundamental importância para o desenvolvimento social, psíquico e motor dessa criança, pois assim poderá participar ativamente da vida familiar e dos processos de inserção no meio social e no contexto educacional. Por isso o papel da escola é indispensável, pois ajudará na estimulação do desenvolvimento de suas habilidades e competências, procurando adaptar-se às suas necessidades e limitações.

Werneck (1995, p.164) argumenta que: “[...] Os portadores de Síndrome de Down tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um, o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante [...]”. O avanço desse aluno depende de quem o conduz, basta prepará-lo para uma vida social independente.

#### **4 A inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular**

A inclusão do aluno com Síndrome de Down na rede regular de ensino deve-se iniciar desde os primeiros anos da vida, contando com o apoio principal e fundamental da família e conseqüentemente dos envolvidos no Processo Ensino-aprendizagem.

O processo inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois requer mudanças e superação em diversos aspectos da educação inclusiva, conforme Carvalho (2003, p61) aponta:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos



de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

Segundo Martins (2006), a perspectiva que se vislumbra é a de que as lutas pelo ideal de inclusão continuarão intensas, pois é muito longo o caminho entre o discurso e a prática. Porém, a educação inclusiva é movimentada pela ideia do novo na entrada de outro ciclo histórico na sociedade atual, prescrevendo valores que vem de encontro aos direitos humanos, equiparação de oportunidades, as relações de acolhimento da diversidade humana, aceitação das diferenças individuais, integração e inclusão, enfim, a construção de uma sociedade inclusiva que traduza um verdadeiro Estado democrático

Sabe-se que essa é uma realidade ainda um pouco distante, quando se fala em incluir, uma prática que precisa ser moldada, trabalhada, para que se chegue com êxito ao resultado proposto. As crianças com necessidades especiais ainda enfrentam grandes dificuldades nesse processo. Pode - se destacar dois pontos importantes e fundamentais que na maioria das situações, inviabiliza a eficácia do mesmo, como o despreparo dos profissionais da rede regular e a falta de estrutura física e acessibilidade dos ambientes escolares.

Segundo Montoan (2006), muitos profissionais da educação esperam aprender técnicas e diretrizes pedagógicas de como ensinar crianças especiais. Contudo, ensinar dentro da perspectiva da inclusão, exige reestruturar e dar um novo significado ao papel do professor.

Schwartzman (2003, p.238) ainda completa:

É importante não queimar etapas e seguir o roteiro adrede mente fixado: estimular o desenvolvimento da criança, respeitar sua evolução gradativa e aguardar o momento exato para iniciar uma nova aprendizagem. [...] devem levar em consideração as possibilidades de aprendizagem da criança e a motivação necessária para que participe ativamente [...].

Nas palavras de Werneck (1995, p.162) em relação à educação da criança com Síndrome de Down:

[...] intervêm tanto na família, na escola, como na sociedade. É uma atividade que deve começar a partir do nascimento, como uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social. Sem dúvida, a participação ativa da família é decisiva para o desenvolvimento integral da criança [...] estudos vem demonstrando que o progresso de alunos que foram estimulados desde bebês é mais acelerado do que o dos que receberam tardiamente ou que nunca a tiveram.

Mas para que esse processo aconteça com eficácia, sucesso e transparência é preciso estruturar melhor as instituições educacionais e rever suas metodologias e práticas, para que de fato, seja oferecido uma educação de qualidade, não só para as crianças com necessidades especiais, mas todos os alunos da rede educacional, e elaborar um trabalho onde se conscientiza da importância da Inclusão Social.

Considerando aqui os alunos com síndrome de down é evidente que estes estudantes apresentam limitações de aprendizagem e que necessitam de mediações que possibilitem melhor aprendizagem e o desenvolvimento da autoestima e formas de expressão de ideias e sentimentos que estimulem a imaginação, a memória e a coordenação motora o que pode ocorrer com as aulas de artes.

#### **4.1 Aulas de artes e a inclusão dos alunos com Síndrome de Down.**

Para adentrarmos nas possibilidades da inclusão do aluno com Síndrome de Down é preciso conhecer um pouco sobre a arte, uma das oportunidades do professor atrair todos os alunos para um momento de sensibilidade e de criatividade.

A arte está presente na história da humanidade desde a pré-história, onde ocorreram às primeiras manifestações humanas, e se estende até os dias atuais, proporcionando amplas experiências e levando as pessoas a ver o mundo com um olhar mais sensível e humano.

Para Read (1977), a arte é um instrumento essencial para o desenvolvimento humano, justificando-se considerar entre as múltiplas facetas a possibilidade de arte, aquela de permitir, por meio de sua prática, a promoção da saúde mental.

Feist (1996, p. 9), define a arte de uma maneira bem simples: [...] a arte é um produto da criatividade humana, que, utilizando conhecimentos e técnicas e um estilo ou jeito todo pessoal, transmite uma experiência de vida ou uma visão de mundo, despertando emoção em quem a usufrui.

Andrés (2005) diz ainda:

A arte atua diretamente sobre as emoções e a sensibilidade do ser humano, não exigindo pré-requisitos de conhecimentos acadêmicos. Muitas vezes, um artista pobre tem maior criatividade que um outro condicionado dentro de escolas, currículos e diplomas. A arte no limiar do séc. XXI é o grande instrumento de prevenção e combate à violência.

Enfim, como se pode observar, a arte está presente em vários momentos da realidade e vivência humana, entrelaçando os conhecimentos, despertando emoções e sentimentos, oferecendo oportunidade de improviso e transformações dentro do universo de cada um.

A Educação e a arte possuem objetivos comuns no que diz respeito à formação do indivíduo como ser consciente, pensante, cultural, cidadão independente e crítico.

Segundo MARTINS (1998, p. 13), por meio da pesquisa, do pensar, do criar, a Arte-Educação estabelecerá uma nova visão sobre seu aprendizado: o sentido da arte confundido com o próprio sentido da vida. A Arte é importante na escola principalmente porque é importante fora dela. Por ser um conhecimento construído pelo homem no curso do tempo, tornou-se um patrimônio cultural da humanidade, um saber ao qual todo ser humano tem o direito de acesso.

A arte no ensino de uma criança está relacionada à sua alfabetização e na aproximação do seu eu com a sua interação na sociedade. As aulas de artes oferecem ao aluno um contato mais próximo com suas vontades, atitudes e vivências. O aluno se torna mais expressivo e comunicativo.

De acordo com BUORO (1996, p. 33), ao expressar-se por meio da Arte o aluno manifesta seus desejos, expressa seus sentimentos, expõe enfim sua personalidade. Livre de julgamentos, seu subconsciente encontra espaço para se conhecer, relacionar, crescer dentro de um contexto que o antecede e norteia sua conduta.

O aluno com Síndrome de Down não está fora desta realidade, por meio das aulas de artes podem desenvolver todas essas potencialidades e habilidades, torná-lo mais sensível e perceptível aos sentimentos comuns a todos os outros alunos. A aula de artes tem essa possibilidade de adentrar no interior desse aluno e transformá-lo, seja através da música, da dança, do teatro, da pintura. Mas para que tenha resultado esse trabalho, cabe ao professor essa tarefa de estimular e ao mesmo tempo entender suas necessidade e limitações, levá-lo a conhecer essas novas conquistas, ser o mediador desse processo na busca da conscientização e participação no processo de vida, incentivá-lo na valorização das relações de interação e integração desse aluno entre o conhecimento e as experiências vividas.

Sobre o papel da escola HONORA (2008, p. 32) ainda diz:

É na escola que são ensinadas as primeiras regras de convivência em sociedade, é onde nos deparamos com pessoas que são muito diferentes de nós e onde são determinados alguns limites que devem ser seguidos, diferente da convivência em nossa casa, onde algumas regras podem ser mais maleáveis.

A criança com Síndrome de Down ao chegar no âmbito escolar já vem com conhecimentos pré-estabelecidos e adquiridos com a convivência com seus familiares e quando se agrega com os demais alunos tem uma certa dificuldade na socialização, onde entra o professor ao processo educacional usando de metodologias da arte que irá facilitar e transformar esses conhecimentos em atividades e brincadeiras em que haja o envolvimento de todos.

Read (1986, p.12) diz:

[...] quando falo em arte, quero dizer um processo educacional, um processo de crescimento; e, quando falo em educação, quero designar um processo artístico, um processo de

autocriação. Como educadores, olhamos o processo do lado de fora; como artistas, o vemos por dentro; e ambos os processos integrados constituem o ser humano completo.

A arte e sua prática dentro da sala de aula vão muito além do que o físico, o estereótipo, o brincar e trabalhar a coordenação motora, lateralidade, cognitivo. Ela propõe diferentes olhares sobre a realidade, quebra barreiras da segregação, descrença, do preconceito, da comunicação e abre as portas para a integração e interação, respeito às diferenças, atenção uns com os outros. A arte vem favorecendo o processo de formação do indivíduo com Síndrome de Down, despertando e desenvolvendo nele sua autoestima, autoconfiança e independência.

## **5 Considerações Finais**

Inclusão vai muito além do ato de incluir, estar junto, fazer parte. Compreender essa importância irá ajudar na percepção de que há possibilidade de aceitar o outro, conviver com a deficiência e viver com pessoas deficientes.

A inclusão escolar é a ferramenta capaz de romper com os muros da segregação, do preconceito que estão frente às pessoas. Mas ela não caminha só, é preciso o apoio de políticas públicas, comprometidas com uma educação de qualidade para essas crianças voltadas para a inclusão, de forma a envolver todos do processo ensino-aprendizagem, inclusive a Família. Para que de fato haja êxito na educação inclusiva, é necessário o trabalho em equipe, o caminhar junto, o facilitar para que essa educação de qualidade chegue até essas crianças com necessidades especiais garantindo-lhes melhores oportunidades na sociedade.

O aluno aprende na escola às suas referências para o convívio social, o respeito ao próximo, a igualdade de direitos. Por isso que o trabalho realizado por estes profissionais devem ser de “exclusiva perfeição”, para que o resultado a ser colhido no futuro por esses alunos sejam satisfatórios e compensadores.

Destacando aqui o aluno com Síndrome de Down, é faz-se necessário que o professor se atente para o mundo sensível e criativo da criança, que perceba a criança apresenta capacidade de aprender, mas, depende da estimulação recebida e da maturação de cada um e que ademais, o avanço desse aluno depende de quem o conduz e como o conduz. Se a arte trabalha a sensibilidade e criatividade, nestas aulas o professor pode-se apropriar de instrumentos funcionais para a inclusão do aluno com Síndrome de Down.

Daí vem à importância do trabalhar artes nas escolas. A arte desenvolve habilidades e competências únicas, expressões de sentimentos capazes de transformar e envolver os alunos, permitir que eles sejam observadores e críticos, se reencontrem dentro de si mesmo, descubrem sua capacidade de viver em mundo diferente sendo diferente, mas ao mesmo tempo normal.

## Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal:1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação, 1996.

BUORO, Amamelia Bueno. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. São Paulo: Cortez, 1996.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas**. Brasília: UNESCO, 1994.

FERREIRA, Aurora. **Arte, escola e inclusão: Atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos**. Ed. Vozes Limitada, 2012

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L.E. **Ciranda da Inclusão: Esclarecendo as deficiências**. S. Paulo: Ciranda Cultural, s/d.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar o que é? por que? Como fazer?** 2. Edição. São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, Lúcia A. R. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTIN, Andrieli Alves da Cruz; ZYCH, Anízia Costa. **Apoio Familiar na Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no Ensino Regular**. 4º Congresso Internacional de Educação, Pesquisa e Gestão, 2012.

SANTIN, Andrieli Alves da Cruz; ZYCH, Anízia Costa. **O Processo de Inclusão Educacional das Crianças com Síndrome de Down**. I Seminário de Pedagogia: Educação e Prática Pedagógica.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. 2. Ed. – São Paulo: Ed. Memnon: Mackenzie, 2003.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer, eu existo**: um livro sobre pessoas com Síndrome de Down. 4. Ed. Rio de Janeiro: WWA, 1995.